



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Relatório de Inflação

Julho 2017 - Edição Nº 19



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador
Maria Izolda Cela – Vice Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Junior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral
Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos
Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Relatório de Inflação – nº 18 – Junho de 2017

Elaboração

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)
Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de maio de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, Térreo.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba
Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Relatório de Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

Nesta edição

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou leve alta de 0,01%, reflexo da desaceleração do índice que vem ocorrendo neste ano.

Não obstante a leve aceleração em julho quando comparado a junho, a inflação acumulada nos últimos doze meses segue em tendência de queda na RMF, encontrando-se em 3,65%. No nacional o acumulado da encontra-se em 2,71%.

Dentro dos grupos, destaque para a terceira queda consecutiva dos preços no Grupo de Alimentação e Bebidas. Por outro lado, o Grupo de Habitação acelerou 2,25%, com destaque para a Taxa de Água e Esgoto, com variação de 11,27%.

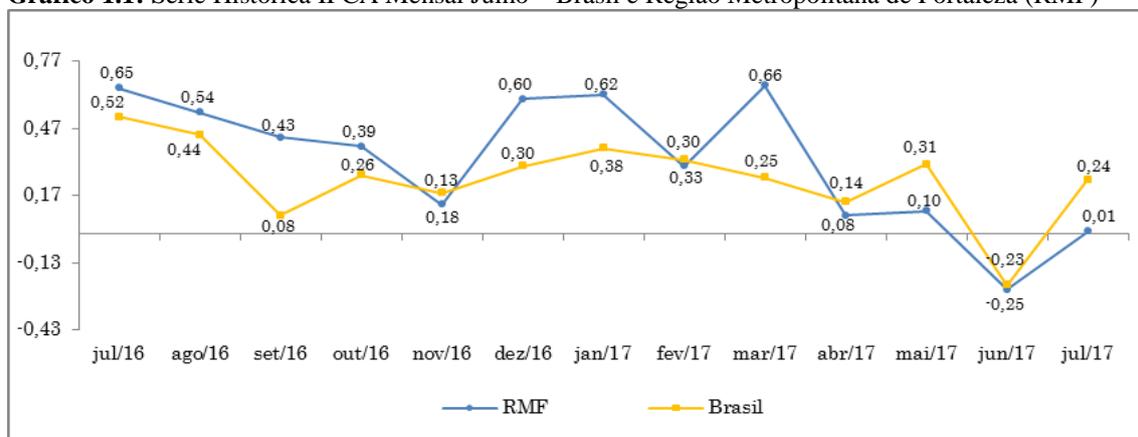
O INPC da RMF no acumulado dos últimos dozes meses encontra-se em 3,86%, com recuperação gradativa do poder de compra das camadas mais pobres.

1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou leve alta de 0,01%, reflexo da desaceleração do índice que vem ocorrendo neste ano. Em julho de 2016, o índice havia registrado alta de 0,65%.

Embora tenha acelerado com relação ao mês anterior, o IPCA nacional vem apresentando desaceleração desde setembro de 2016. O Gráfico 1.1 apresenta a evolução do índice para a RMF e para o Brasil.

Gráfico 1.1: Série Histórica IPCA Mensal Julho – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

Por sua vez, a Tabela 1.1 abaixo detalha os resultados da inflação para todas as áreas pesquisadas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) para os meses de junho e julho e para o acumulado dos últimos doze meses. O Gráfico 1.2 também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses para a RMF e o Brasil em comparação a meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mesmo com a aceleração dos preços em julho quando comparado a junho, a inflação acumulada nos últimos doze meses segue em tendência de queda. Na RMF, o acumulado encontra-se em 3,65% e no nacional em 2,71%.

Não obstante as seguidas quedas da taxa de juros, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) sinalizou que “a magnitude da flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação”.

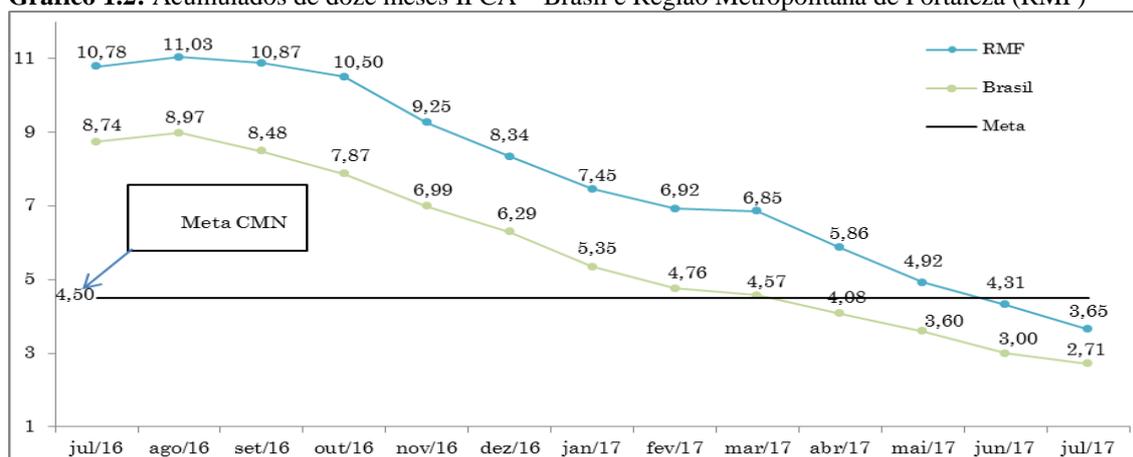
Adicionalmente, o COPOM ainda destaca que “as projeções para a inflação acumulada em doze meses atingem valor mínimo no terceiro trimestre do ano corrente e elevam-se nos últimos meses em torno de 3,6% em dezembro. Parte dessa diferença em relação à meta de 4,5% para 2017 pode ser atribuída aos efeitos primários do choque favorável nos preços dos alimentos”.

Tabela 1.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses IPCA – Junho/Julho

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação acumulada no ano	Variação Acumulada 12 meses (%)
	Junho	Julho		
Curitiba	-0,14	0,49	1,77	2,44
São Paulo	-0,31	0,38	1,41	2,88
Goiânia	-0,04	0,38	0,73	1,31
Salvador	-0,08	0,35	1,66	2,54
Belo Horizonte	-0,48	0,31	0,89	1,88
Recife	-0,09	0,29	2,55	4,24
Brasília	-0,22	0,28	1,51	3,79
Belém	-0,08	0,10	0,83	1,96
Vitória	-0,22	0,03	1,34	2,64
Fortaleza	-0,25	0,01	1,51	3,65
Rio de Janeiro	-0,09	-0,03	1,95	3,25
Porto Alegre	-0,28	-0,12	0,95	2,10
Campo Grande	-0,40	-0,24	0,59	2,94
Brasil	-0,23	0,24	1,43	2,71

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2. Variações por Grupos e Itens

A Tabela 2.1 a seguir apresenta os dados do IPCA para os nove grandes Grupos da RMF e do Brasil dos meses de junho e julho de 2017. Similarmente ao mês anterior, os grupos de Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes, que concentram mais de 60% das despesas domésticas, são os grandes destaques do índice local.

De fato, neste mês de julho, enquanto Alimentação e Bebidas e Transportes tiveram queda de 0,66%, o grupo de Habitação acelerou 2,25% na RMF. O grande destaque no grupo Habitação foi a Taxa de Água e Esgoto, com variação de 11,27%.

Por sua vez, o Grupo de Alimentação e Bebidas segue em contínua queda, sendo este o terceiro mês seguido de desinflação. Maio, junho e julho registraram recuo de 1,41%, 0,82% e 0,66%, respectivamente. No acumulado dos últimos doze meses, o Grupo apresenta alta de 1,47%. Como bem destaca o COPOM, houve transmissão de queda dos preços de alimentos do atacado para o varejo em decorrência do choque de preços favorável dos alimentos.

Para o Grupo de Transportes, a queda de 1,45% no preço dos Combustíveis de Veículos foi o principal responsável pela retração dos preços no grupo, embora no nacional o índice tenha variado 0,34% em razão do aumento da alíquota do PIS/COFINS em 20 julho.

Tabela 2.1: Variação por Grupos do IPCA

Grupos	RMF		Brasil	
	Var. Mensal (%)		Var. Mensal (%)	
	Junho	Julho	Junho	Julho
Índice Geral	-0,25	0,01	-0,23	0,24
Alimentação e Bebidas	-0,82	-0,66	-0,50	-0,47
Habitação	-0,58	2,24	-0,77	1,64
Artigos de Residência	0,21	-0,36	-0,07	-0,23
Vestuário	-0,13	0,15	0,21	-0,42
Transportes	0,27	-0,66	-0,52	0,34
Saúde e Cuidados Pessoais	0,53	0,18	0,46	0,37
Despesas Pessoais	0,00	0,17	0,33	0,36
Educação	0,08	-0,12	0,08	-0,02
Comunicação	-0,04	-0,18	0,09	0,02

Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

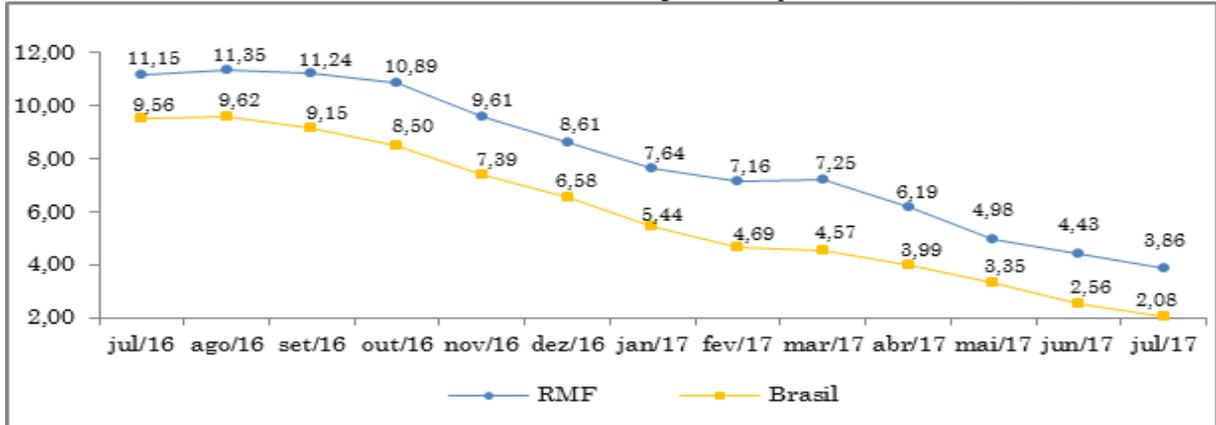
O INPC da RMF registrou leve variação positiva de 0,11%. O pequeno aumento nesse mês de julho foi antecedido de uma deflação de -0,35%. No acumulado dos últimos doze meses, o INPC da RMF encontra-se em 3,86% (Tabela 3.1 e Gráfico 3.1). No acumulado do ano de 2017, o INPC registra aumento de 1,38%.

No âmbito nacional houve um ligeiro aumento de 0,17%. Dados do Gráfico 3.1 revelam a paulatina recuperação do poder de compra das camadas mais pobres na medida em que o INPC em junho de 2016 do Brasil no seu acumulado dos últimos doze meses era de 9,49%.

Tabela 3.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses INPC – Junho/Julho

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação acumulada no ano	Variação acumulada 12 meses (%)
	Junho	Julho		
Curitiba	-0,20	0,42	1,92	2,06
Salvador	0,09	0,36	1,86	2,63
Recife	-0,26	0,32	2,48	4,19
São Paulo	-0,42	0,31	1,16	1,82
Goiânia	-0,12	0,25	0,39	0,63
Belo Horizonte	-0,64	0,19	0,56	0,98
Fortaleza	-0,35	0,11	1,58	3,86
Brasília	-0,21	0,08	1,95	3,61
Belém	-0,08	-0,03	0,84	1,69
Vitória	-0,33	-0,06	1,28	2,15
Porto Alegre	-0,41	-0,13	0,77	1,42
Rio de Janeiro	-0,27	-0,16	1,60	1,94
Campo Grande	-0,47	-0,30	0,11	1,95
Brasil	-0,30	0,17	1,30	2,08

Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Gráfico 3.1: Acumulados de doze meses INPC – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

4. Considerações Finais

Embora tenha se acelerado com relação a junho, o IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza de julho de 2017 vem seguindo uma tendência de desaceleração. A leve alta de 0,01% é bem inferior a ocorrida em julho de 2016, quando havia registrado variação de 0,65%.

De fato, mesmo com a aceleração dos preços em julho quando comparado a junho, a inflação acumulada nos últimos doze meses segue em tendência de queda na RMF, onde o acumulado encontra-se em 3,65%, bem abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo CMN.

A leve aceleração do índice foi decorrente da variação da Taxa de Água e Esgoto, com variação de 11,27%, do Grupo Habitação, que acelerou em 2,25% na RMF. Por outro lado, o Grupo de Alimentação e Bebidas recuou em 0,66%, sendo o terceiro mês seguido de retração. De acordo com o COPOM, a transmissão de queda dos preços de alimentos do atacado para o varejo em decorrência do choque de preços favorável dos alimentos vem contribuindo para a desinflação.